

Carlos Roberto Buriti

**PROTEÇÃO DE DADOS
PESSOAIS EM FACE
DO ESTADO**

DIREITO À PRIVACIDADE

Atualizada com a Nova LGPD

Curitiba
Juruá Editora
2021

Visite nossos *sites* na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-895-5

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900

Fax: (41) 3252-1311 CEP: 82.210-310 – Curitiba Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600

Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Buriti, Carlos Roberto.

B958 Proteção de dados pessoais em face do Estado: direito à
privacidade./ Carlos Roberto Buriti./ Curitiba: Juruá, 2021.
336p.: il; 21 cm

1. Direito à privacidade. 2. Dados pessoais Proteção.
3. Lei Geral de Proteção de Dados. I. Título.

CDD 342 (22.ed)

CDU 342.39

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Capítulo 1 – A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO LIMITE DE ATUAÇÃO DO ESTADO	21
1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	21
1.2 CONCEITO E CONTEÚDO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	22
1.3 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL RELATIVO	31
1.4 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	37
1.5 A INTERPRETAÇÃO DA ORDEM JURÍDICA À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	40
1.6 OS PODERES DO ESTADO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: LIMITE E TAREFA	42
1.7 AS LIMITAÇÕES ESTATAIS AO DIREITO À PRIVACIDADE E À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	44
Capítulo 2 – O DIREITO À PRIVACIDADE	51
2.1 ORIGEM DA TUTELA JURÍDICA DA PRIVACIDADE.....	51
2.2 CONCEITO DE PRIVACIDADE	53
2.3 DIREITO À PRIVACIDADE EM SENTIDO AMPLO.....	55
2.3.1 Conceito Lato de Direito à Privacidade: Vida Privada como Suporte Fático de Privacidade	55

2.3.2	Conceito de Vida Privada	60
2.3.2.1	Vida privada contemporânea: a privacidade contextual ...	61
2.4	ABRANGÊNCIA E CONTEÚDO DO DIREITO À PRIVACIDADE.....	64
2.5	INTIMIDADE E PRIVACIDADE EM SENTIDO ESTRITO.....	67
2.6	LIMITES DO DIREITO À PRIVACIDADE	68
2.7	A TUTELA CONSTITUCIONAL DA PRIVACIDADE.....	71
2.7.1	Histórico do Direito à Privacidade nas Constituições Brasileiras...	71
2.7.2	O Direito à Privacidade na Constituição de 1988	74
2.8	A TUTELA INFRACONSTITUCIONAL DA PRIVACIDADE	76
2.8.1	O Direito à Privacidade no Código Civil	77
2.8.2	Sigilos Bancário e Fiscal e o Compartilhamento de Dados entre Instituições Financeiras, Receita Federal e Ministério Público	80
2.9	A TUTELA DA PRIVACIDADE NO ÂMBITO INTERNACIONAL.....	83
	Capítulo 3 – O DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	89
3.1	INTRODUÇÃO	89
3.2	CONCEITO DE DADOS PESSOAIS	92
3.3	RAZÕES DO RECONHECIMENTO DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL.....	93
3.4	DIREITOS DA PERSONALIDADE E DADOS PESSOAIS	107
3.4.1	O Caráter Dúplice do Direito à Proteção de Dados Pessoais em Face dos Direitos da Personalidade.....	108
3.5	A TUTELA JURÍDICA DOS DADOS PESSOAIS NO CONTEXTO INTERNACIONAL	109
3.6	A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO DIREITO BRASILEIRO ..	114
3.6.1	Breve Histórico da Proteção de Dados Pessoais no Âmbito Na- cional	114
3.6.2	O Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014).....	116
3.6.3	Tutela Constitucional de Dados Pessoais e o <i>Habeas Data</i>	120
3.6.3.1	<i>Habeas data</i> e o conceito de bancos de dados de caráter público	122

3.6.3.2	A LGPD como instrumento de ampliação dos direitos conferidos pelo <i>habeas data</i>	124
3.7	PRINCÍPIOS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E OS LIMITES À COLETA E AO TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS PELO ESTADO.....	126
3.7.1	Princípio da Licitude e Lealdade	129
3.7.2	Princípio da Exatidão.....	132
3.7.2.1	O direito de acesso, de retificação, de limitação e de apagamento.....	133
3.7.2.2	O princípio da exatidão e a classificação dos dados pessoais quanto à natureza da informação: fatos, acontecimentos e declarações	135
3.7.3	Princípio do Livre Acesso	137
3.7.3.1	Limitações do direito de acesso.....	139
3.7.4	Princípio da Transparência	141
3.7.5	Princípio da Responsabilização e Prestação de Contas	145
3.7.6	Princípio da Finalidade	148
3.7.6.1	Definição do princípio da finalidade	148
3.7.6.2	As três hipóteses genéricas autorizadoras de tratamento de dados pessoais: consentimento; imposição legal ao titular; obrigação legal do controlador	149
3.7.6.2.1	Imposição legal ao titular para fornecimento de seus dados pessoais.....	151
3.7.6.2.2	Obrigação legal do controlador de transferir e compartilhar dados pessoais	152
3.7.6.3	Finalidade do tratamento delimitada pelo consentimento do titular	154
3.7.6.3.1	Licitude do tratamento para finalidade diversa, mas compatível com o consentimento original: uma crítica à LGPD pela desnecessidade de comunicação ao titular	155
3.7.6.4	Finalidade do tratamento delimitada pela lei.....	157
3.7.6.4.1	Propósitos legítimos	157
3.7.6.4.2	Propósitos explícitos.....	157
3.7.6.4.3	Propósitos específicos.....	158
3.7.6.4.4	Propósitos informados ao titular.....	158

3.7.6.4.5	Lei de tratamento de dados pessoais “implícita” <i>versus</i> lei de tratamento de dados “com finalidade implícita”	158
3.7.7	Princípio da Legalidade e o Tratamento de Dados Pessoais sem Consentimento do Titular	159
3.8	O MONITORAMENTO DO ISOLAMENTO SOCIAL NA PANDEMIA E O DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	162
Capítulo 4 – A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: BREVES CONSIDERAÇÕES.....		167
4.1	INTRODUÇÃO	167
4.2	ÂMBITO DE ABRANGÊNCIA DA LGPD	171
4.2.1	Alcance da LGPD Quanto à Pessoa: Pessoa Natural	171
4.2.2	Alcance da LGPD Quanto à Finalidade do Tratamento: Hipóteses de Exclusão da Aplicação da LGPD	175
4.2.2.1	Tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.....	176
4.2.2.2	Tratamento de dados realizado para fins exclusivamente jornalísticos e artísticos ou acadêmicos: inobservância do princípio da proporcionalidade	178
4.2.2.3	Tratamento de dados realizado para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado, atividades de investigação e repressão de infrações penais: tratamento sujeito à legislação específica.....	183
4.2.3	Alcance da LGPD Quanto ao Território: Nacional e Estrangeiro..	185
4.2.3.1	Tratamento de dados provenientes de transferência internacional realizado no território nacional sem participação de agentes de tratamento brasileiros: inaplicabilidade da LGPD	186
4.2.3.2	Incidência da LGPD no tratamento de dados realizados no exterior.....	187
4.3	OS AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS: CONTROLADOR E OPERADOR (DEVERES E RESPONSABILIDADES)..	189
4.3.1	Elemento de Identificação do Controlador: o Poder Decisório....	193
4.3.2	Classificações de Controlador: por Competência Legal Explícita, por Competência Legal Implícita e por Influência do Fato	195

4.4	O ENCARREGADO (<i>DATA PROTECTION OFFICER</i>)	199
4.5	A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD)...	201
4.5.1	A ANPD e o Poder Judiciário.....	206
4.6	A LIVRE INICIATIVA E A LIVRE CONCORRÊNCIA COMO FUNDAMENTOS DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	207
4.7	AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI 13.853/2019: ASPECTOS RELEVANTES	212
4.8	A LGPD E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DE ACESSO PÚBLICO E DOS REGISTROS PÚBLICOS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA PRIVACIDADE EM SENTIDO AMPLO.....	217
4.9	A AUTODETERMINAÇÃO INFORMACIONAL E SEUS IMPACTOS NA LGPD	221
4.10	O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO NA LGPD	226
4.10.1	Conceito de “Poder Público” e Entidades Equiparadas para Fins de Aplicação da LGPD	227
4.10.2	Pressupostos de Licitude para o Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público: Previsão Legal, Transparência e Indicação do Encarregado	229
4.10.2.1	Previsão legal.....	230
4.10.2.2	Transparência	231
4.10.2.3	Indicação de encarregado	232
4.10.3	O Compartilhamento de Dados Pessoais pelo Poder Público.....	234
4.10.3.1	Compartilhamento de dados pessoais entre órgãos do Poder Público.....	241
4.10.3.2	Compartilhamento de dados do Poder Público com entidades privadas	243
4.10.4	A Responsabilidade do Poder Público pela Ilícitude no Tratamento de Dados Pessoais Segundo a LGPD.....	249
4.11	IMPACTOS DA LGPD SOBRE OS ARTS. 18 E 19 DO MARCO CIVIL DA INTERNET QUE TRATAM DA NÃO RESPONSABILIDADE DO PROVEDOR DE CONEXÃO	253

Capítulo 5 – BANCOS DE DADOS PESSOAIS EM PODER DO ESTADO E O (DES)RESPEITO AO DIREITO À PRIVACIDADE E À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	261
5.1 CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS (COAF).....	264
5.2 SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS (SINTER)	269
5.3 SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DO REGISTRO CIVIL (SIRC).....	279
5.4 CADASTRO BASE DO CIDADÃO.....	284
CONCLUSÃO	289
REFERÊNCIAS	307
ÍNDICE REMISSIVO.....	317